

A PAISAGEM DA VIAGEM E A NATUREZA DA RAZÃO

Euler Sandeville Jr.

Livre Docente, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

SANDEVILLE JR., Euler. A paisagem da viagem e a natureza da razão. In: JORGE, Luis Antonio. (Org.). *II Seminário Internacional Espaços Narrados: as línguas na construção dos territórios ibero-americanos*. 1ed.São Paulo: FAU/USP, 2019, v. 1, p. 945-965.

A Viagem Mineralógica na Província de S. Paulo (primeira publicação em 1823) é uma dessas descrições críticas emblemáticas, não só da paisagem e da cultura no Brasil do início do século XIX, mais especificamente a região entre São Paulo e Sorocaba, que não é vista como um lugar ermo e afastado como corrente na historiografia da cidade, mas como uma promessa (política, embora o texto não o explicita) de riquezas e recursos a se realizarem pelo conhecimento e pela administração racional. Daí sua dimensão política, no meu entender, ao trazer colada nessa condição a percepção da distância desses conhecimentos do cotidiano das comunidades e das instâncias de governo vigentes no momento, como que a sugerir a necessidade de uma nova gestão e novos gestores.

A Viagem foi iniciada em março de 1820 por José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), que recém retornara ao Reino do Brasil (Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves desde 1815) após quase quatro décadas de estudos e trabalho na Europa (1780-1819) e por seu irmão Martim Francisco Ribeiro de Andrada (1775-1844). Nascidos em Santos, os dois irmãos estudaram em Coimbra, José Bonifácio entre 1783 e 1788, e Martim Francisco formou-se em 1798. Martim Francisco retornou ao Brasil em 1801, assumindo diversas funções públicas e realizando diversas expedições científicas. José

Bonifácio permaneceu em Portugal, tendo realizado entre 1790 e 1800 uma viagem científica pela Europa, com estada em Paris nos anos da Revolução Francesa (1789-1799) e assumindo, no regresso a Portugal, inúmeros cargos científicos e administrativos, permanecendo em 1808 na resistência às forças francesas (1808-1810).

Ao retornar ao Brasil em 1819, Bonifácio contava com 57 anos e havia se destacado em estudos mineralógicos em diferentes regiões da Europa e nas duas últimas décadas de sua longa residência na metrópole destacara-se no serviço administrativo e científico (professor de mineralogia na Universidade de Coimbra, intendente das Minas do Reino, e juiz no Porto), tendo acompanhado as intensas convulsões sociais (inclusive a invasão de Portugal pelas tropas francesas) e os debates intelectuais que buscavam reorganizar os saberes, as formas políticas, suas relações com a produção. Sua afinidade com certos ideais libertários e iluministas se coadunavam para ele com uma rejeição manifesta das revoltas e da república (LOPEZ e MOTA, 2015).

Como se vê, Bonifácio transita entre dois mundos em um período chave e inquietante da história europeia e brasileira. Bonifácio e seu irmão, em ambos os lados do Atlântico, formados sob a égide das reformas portuguesas desde Pombal, não passaram incólumes às agitações da época. Bonifácio, ao retornar, encontra não apenas um Brasil que se tornara sede do império português com o inédito deslocamento da corte em 1808 que, com os rearranjos políticos na Europa e Portugal, culminava aqui com a volta da família real e da Corte e com a Independência, na qual os Andrada tiveram importante papel. Não passariam sem graves problemas e decepções às inquietações políticas do período, com o fechamento da Assembleia Constituinte e a prisão dos Andradas.

Particularmente Bonifácio, tornou-se um ícone de diversas causas da construção das ideias de uma nação brasileira, como a independência, a luta contra a escravatura, o debate da questão indígena e considerado um precursor da questão ambiental (PÁDUA, 2004). Numerosas biografias suas foram produzidas (DOLHNIKOFF, 2012), bem como coletâneas impressas e digitais de seus textos científicos, políticos e debates da nação nascente (DOLHNIKOFF, 1998, CALDEIRA, 2002). Sua ressonância atravessa diversos momentos emblemáticos posteriores da cultura nacional, como declararia Lúcio Costa

(1962, p. 264) em seu projeto para Brasília, muito embora a ideia remontasse ao século XVIII, mas a Bonifácio seja atribuído o nome de batismo: "...*José Bonifácio, em 1823, propõe a transferência da Capital para Goiás e sugere o nome de Brasília*".

A PUBLICAÇÃO

A viagem que nos ocupa neste artigo durou pouco mais de um mês, saindo de Santos, por Cubatão, Paranapiacaba, Borda do Campo, São Paulo, pico do Jaraguá na serra da Cantareira, Parnaíba, Pirapora, Itu e Sorocaba, São Roque e Cotia. No ano seguinte, Bonifácio ocupou funções no governo provincial de São Paulo e, em 1822, já era ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros no Rio de Janeiro, sendo, em 1823, preso e exilado na Europa (contexto provável das publicações da *Viagem*) onde permaneceu até 1829. O texto dos Andrada é aqui lido segundo publicação pelo Boletim Paulista de Geografia n. 16 e 17 (1954). Essa publicação introduz o histórico relato:

Exatamente na época em que viajantes e naturalistas estrangeiros, como Martius e Saint-Hilaire, percorriam o território paulista e registravam as observações que até hoje são lidas com tanto proveito, dois brasileiros ilustres, filhos de São Paulo - o "Patriarca da Independência", e seu irmão Martim Francisco, realizaram uma viagem de Santos até à região central da então Província.

Trata-se de um precioso relato, de inegável interesse geográfico, que saiu publicado primeiramente no "Journal des Voyages", tomo XXXVI (Paris, 1827), sob o título de Voyage minéralogique dans la Province de Saint Paul au Brésil. Traduzido para a nossa língua, foi publicado pela "Revista do Instituto Histórico" e integralmente reproduzido no "Dicionário Geográfico das Minas do Brasil", de Francisco Inácio Ferreira (Rio, 1885).

Uma tradução anterior, pela Typographia Nacional de 1846, indica em sua Advertência Preliminar que até sua quarta edição haviam se esgotado três edições de 3000 exemplares cada, em várias línguas, justificando sua tradução para o português. Segundo os tradutores, a principal motivação da tradução havia sido contribuir para o ensino público, com a publicação promovida pela Escola Militar da *Viagem*, incluída no trabalho *Geologia Elementar Aplicada á Agricultura e Industria; com hum Diccionario dos*

Termos Geologicos, ou, *Manual de Geologia* (volume 1), publicado por Nérée Boubée. Na cópia *on line* que utilizamos (Disponível em <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=LIVROSSP&PagFis=18565>. Acesso em 13 de dezembro de 2018) lemos o esclarecimento quanto às primeiras publicações desse trabalho:

Obra muito rara; primeira descrição geológica de São Paulo feita por brasileiros. O texto original, escrito pelos dois irmãos, foi traduzido ao francês pelo Conselheiro Antonio de Menezes Drummond, e publicado no "Journal des Voyages", em 1827. Segundo Sacramento Blake, o próprio José Bonifácio traduziu a obra de Boubée ao português, em dois volumes, incluindo este texto e artigos de outros autores (não digitalizados neste projeto). Além de ter um importante papel político na nossa história, José Bonifácio foi um dos primeiros cientistas brasileiros, publicando trabalhos desde 1790. Seu irmão Martim Francisco foi duas vezes Ministro da Fazenda e membro do Conselho do Imperador, e ambos foram escolhidos como patronos da Academia Paulista de Letras, para as Cadeiras n° 40 e n° 14, respectivamente. Existe uma reedição fac-similar deste texto, publicada na coleção das "Obras científicas, políticas e sociais", de 1963, em homenagem ao bicentenário de José Bonifácio. Exemplar que pertenceu ao Barão Homem de Mello, doado à antiga Biblioteca Pública do Estado.

Do exposto resumidamente, pode-se perceber que a *Viagem* aponta para uma extensa ramificação de questões de época e da descrição da América no século XIX, tanto quanto para a riqueza do próprio texto, que é a matéria que nos ocupará. Os Andrada não viram apenas as riquezas mineralógicas que se colocavam a descrever com empenho, como poderia acontecer em um relato científico um pouco posterior, como por exemplo, na descrição de Lagoa Santa por Warming (publicado em 1892), onde o espaço para as considerações pessoais limita-se a uma página inicial.

Ao contrário, muito próximos da visão da paisagem que anima um Humboldt (1769-1859), com quem Bonifácio conviveu na juventude, a cultura e a paisagem ainda não estão em campos opostos, embora sejam colocados pelos Andrada na perspectiva crítica dos saberes e das perspectivas de um desenvolvimento racional.

O modo como natureza e cultura se entrelaçam nesse relato, o modo como o espírito do lugar é concebido na narrativa, o modo como a racionalidade do saber

científico e a fruição estética dessas paisagens se associa e entra em conflito com a cultura cotidiana, mostra a riqueza e a sofisticação desses homens, de suas expectativas, de um pensamento que esperava aproximar o Brasil, em sua especificidade, de uma condição de modernidade que apontava para um futuro, não isento de certo ufanismo e lamento.

Entre as questões que se podem colocar, interessa-me particularmente a exaltação da beleza das paisagens tropicais e de seu reconhecimento como lugar e como riqueza, estabelecendo nesse projeto um conflito quase insolúvel com o cotidiano e com a administração, até mesmo, uma reiterada, ainda que fundamentada, visão depreciativa em nossa cultura da gente dos lugares nesses projetos modernizadores.



Figura 1. A Várzea do Carmo em 1821, aquarela de Arnaud Julien Pallière, 1821. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Arnaud_Palli%C3%A8re#/media/File:V%C3%A1rzea_do_Carmo_por_Arnaud_Palli%C3%A8re.jpg acesso em 07 de abril de 2018.

A PAISAGEM

O interessante nesse texto, que muitas vezes é visto como uma descrição das paisagens paulistas à época da independência, é que a palavra “paisagem” não é

utilizada. O que me parece interessante é apenas em parte a razão pela qual não comparece a palavra, já que aquela que pode ocupar seu lugar nos elucida muito das possibilidades de discussão da paisagem como a entendemos hoje.

A palavra “paisagem” (SANDEVILLE JR., 1999, 2005) nos veio do francês, *paysage* (*pays*, significando país, região, território, pátria...) que, por sua vez, tem origem no latim *pagus* (marco ou baliza metida na terra, território rural delimitado por marcos, distrito, aldeia, povoação). Desta palavra derivam outras como *paganalia* (festas de aldeia), *paganicus* (de aldeia, do campo, camponês, aldeão, pagão, civil, paisano). Penso que o sentido original de paisagem, provavelmente no holandês, fosse o de uma delimitação territorial. Adriana Serrão (2011, p. 13) também estabelece o sentido original de paisagem como território ou região, e daí seu deslocamento para a sua figuração em uma pintura.

A transformação do francês *pays* em *paysage* e do italiano *paese* em *paesaggio* ilustraria o deslocamento das noções primitivas de “terra” ou “região” para a representação pictórica de regiões e espaços naturais. Se nas línguas neolatinas a raiz *pays*, ou *paese*, indica a aldeia natal, o lugar de origem familiar e próximo, os termos germânicos *Landschaft* (alemão) e *landschap* (holandês), e o inglês *landscape* reenviam para *Land*, com o sentido de região, parcela de terreno ou circunscrição territorial. Em contraste com a formação recente dos derivados de *pays*, estes são termos antigos que coexistem com a raiz *Land* e significam a forma de uma região ou a parte do território ocupado e trabalhado pelas populações. Mas também nestas línguas viriam a assumir o sentido de uma figuração. O uso do alemão *Landschaft* está atestado num contrato de 1484 para designar o tema específico de um quadro, vindo progressivamente a abranger todo um gênero artístico especializado, sendo bem conhecida a referência de Albrecht Dürer a Joachim Patinier como um “bom pintor de paisagens” (“*ein guter Landschaftsmaler*”).

No português, entretanto, entre meados do século XVIII e esses anos iniciais do XIX, o sentido de paisagem era atribuído às seduções da pintura, especificamente dos componentes naturais. No dicionário do Padre Bluteau (p. 187), encontramos:

PAISAGEM. Vid. Paiz. {(Fazendo mais fermosa villa da que representão nos paineis de boas paisagens. Vasconc. Sítio de Lisboa, 207.)}

PAISANO. ou paysano. Natural da mesma terra. Indigena, ae. Masc. Ovid. Liv. {{Offereceo-se hum paysano com algüs companheyros para o assalto. Castrioto Lusit. p. 35.}}{(Compadecido dos seus paysanos, & naturaes. Escudo de Cavalleyros, p. 116.)}§ Somos paysanos, id est, da mesma terra patria, etc. Eodem utrique nostrum patria est. In eodem solo uterque nata sumus. § Fullano, meu paisano. Civis meus. Cic. Popularis meus. Cic. Conterraneus meus. Plin. Hist. Vid. tomo 6. do Vocabulario. § Paisano. Rustico, Villaõ. Neste sentido usa o Autor da Gazeta Portugueza desta palavra. Deriva-se do Francez Paisan, e Paisan se deriva de paganus, Aldeaõ ou de Pagus, Aldea. { Huma quadrilha de Cidadaõs, disfarçados em Paysanos. Gazeta de Lisboa, Polonia, Varsovia, 9. de Março, fol. 132. no fim. }*

paisista. (Termo de Pintor.) Pintor Paisista. Aquelle que tem genio para fingir bem arvoredos, longes, prados, fontes, & lugares campestres. Locorum campestrium pictor, ou qui scitè novit camporum amoenitates pingere, ou coloribus exprimere. Vid. Pais.

Essa dimensão claramente estética da paisagem como pintura e natureza, entretanto, é devedora de sua raiz de onde nos vem a palavra “país”. Acontece que essa palavra também não está estrita ao sentido atual e, em grande medida, poderia hoje, como utilizada por nossos autores no início do XIX, ser tida como paisagem. No francês a palavra *pays*, entendida como região, permanece, por exemplo, em Vidal de La Blache (1845, 1918; 2012). No entanto, muito se sucedeu desde esses trânsitos entre *país* e *paisagem* e é possível que tanto a ciência quanto a experiência estética implicada nas “grandes viagens” de fruição da natureza tenham contribuído para recuperar e ressignificar o termo para além da pintura, reinserindo-o no território e na experiência. No entanto, não é ainda o que notamos neste trabalho dos Andrada, embora essa percepção da paisagem já estivesse presente em Humboldt.

O emprego de “país”, muito próximo do que hoje entenderíamos como paisagem (e não apenas região) parece cumprir bem esse papel do que passamos a chamar como paisagem, tal como iremos encontrar em diversos autores, como por exemplo no relato, atribuído aos irmãos José Bonifácio e Martim Francisco da sua *Viagem Mineralógica* de 1820:

Continuamos o caminho saindo do lugar chamado Borda do Campo, o aspecto do país no espaço de três léguas é muito agradável. O terreno é por toda parte

desigual, regado por diversos ribeiros de água clara, com moitas de árvores, que formam outros tantos bosques, às vezes mais extensos, que cobrem as alturas próximas dêste ribeiros. Estas encostas são separadas por bonitos vales, largos e extensos, mas a maior parte úmidos e alagadiços, que se fossem sangrados poderiam ser bons para a cultura dos farináceos e prados.

Ainda no dicionário do Padre Bluteau (p. 187)

PAÍS, ou PAIZ. *Terra. Regiaõ. Regio, onis. Fem. Terra, ae. Fem. Tractus, us. Masc. Cic.*{(Para cultivarem paiz taõ largo. Britto, *Guerra Brasilica*, livro 7 n 528.)}

Paizes.(*Termo de Pintor.*) *Paineis, em que estão representados arvoredos, prados, fontes, casas de prazer, & outros aprazíveis objectos do campo. Amoenum locorum picta coloribus descriptio.*§

Portanto, o país descrito pelos irmãos Andrada, segundo o dicionário de Bluteau, mas também pelo do mesmo autor, “reformado” por Antônio Moraes e Silva em 1789 e nova edição em 1813, vem com uma carga e o peso da competência científica dos autores e de sua apreciação estética e funcional do país percorrido.

(...) tomamos à direita para ir vêr o sítio chamado Pôrto Geral, onde passamos em canõa o Tietê. O rio, aqui, alarga-se muito. As margens pouco altas são desprovidas de espêssas matas, o que as torna muito agradáveis. (p. 52)

O aspecto do país até aqui é, em geral, mais ou menos montanhoso, com cumes redondos e oblongos, com pequenos vales regados por veias de excelente água e multiplicadas quebradas, que separam os cumes e as colinas. (p.71)

(...) queda das sete cascatas do Paraná, também é aurífera em algumas partes e merece ser explorada. Esta única província de S. Paulo, sendo povoada e civilisada, formará um grande estado, visto que pela variedade do seu clima, sendo parte entre os trópicos e outra fora dêles, pela abundância de madeiras e dos seus campos, pelos inumeráveis rios e ribeiros, em grande parte navegáveis, pelas riquezas de ferro, ouro, diamantes, outros metais e pedras preciosas, é realmente um dos países mais privilegiados do globo e uma obra prima da benfazeja natureza. Acrescente-se, que a raça branca, que o habita, é das mais belas e fortes da América Meridional.

Assim, a descrição da natureza, cujo objetivo não é apenas científico, mas claramente econômico, vem como no *Quadros da Natureza* de Humboldt (1950),

carregada da viva observação e sensibilidade dos nossos dois viajantes, que inclusive não deixam de notar - o que será posteriormente uma pauta para a constituição de um paisagismo brasileiro, o potencial estético e econômico dessa natureza para a fruição nos jardins:

Desde Sorocaba até aqui achamos menos ribeiros, menos nascentes, posto que a estrada passe por matos-virgens e capoeiras. Cumpre dizer que, no primeiro dia de jornada, os campos por que se passa, pela altura e escaldado, não tendo árvore alguma, a não ser nos profundos barrancos, são de um aspecto romântico e apresentam belos vales com arvoredo, que contrastam com a aridez do campo. (...) A estrada desde São Roque e mesmo de Prejebú a São Roque é muito boa, cercada de capoeiras e matas, cuja vairada vegetação se mostra rica e prodigiosa. Muitas daquelas árvores, por causa das suas magníficas flores, podiam figurar nos jardins e parques, principalmente uma, que parece ser da espécie dos plátanos, e outra, cujas fôlhas antes de cair se fazem umas vermelhas, outras amarelas. (p. 60)

(...) mas é alegre principalmente na passagem do rio dos Pinheiros, que pela sua frescura e beleza convida aos habitantes de São Paulo a irem passear às suas margens. (p. 61)

É nessa paisagem, nesses países, que os Andradas lamentam tanto a perda econômica quanto dos recursos sensíveis da natureza aprazível, indicando com clareza a degradação pelo uso inadequado da terra e precariedade da técnica como uma perda imensa, que atinge a fisionomia dessas paisagens tanto quanto sua produtividade. Antes de vermos como os autores consideram as causas desses danos, para eles indesculpáveis, é necessário ter claro o objetivo da viagem que abriga uma descrição tão rica dessa paisagem disputada por uma produção desigual.

Segundo esta descrição, é fácil de formar idéia do estado da agricultura e indústria na província de São Paulo, da fertilidade e riqueza do seu território. Não é só no distrito aurífero de Parnaíba e seus arredores, que existem minas de ouro, umas ainda intatas, outras, antigamente, apenas exploradas, antes que os paulistas descobrissem os campos de Minas-Gerais, Goiás e Mato-Grosso, e deixado a sua terra, para ir povoar e ali apanhar ouro e diamantes. (p.61)

(...) vimos ser mais habitado o terreno, ter mais cultura e, ao mesmo tempo, não pudemos deixar de sentir a falta de bosques. Tôdas as antigas matas foram

bàrbaramente destruídas com o fogo e machado e esta falta acabou em muitas partes com os engenhos. Se o governo não tomar enérgicas medidas contra aquela raiva de destruição, sem a qual não se sabe cultivar, depressa se acabarão tôdas as madeiras e lenhas; os engenhos serão abandonados, as fazendas se esterilizarão, a população emigrará para outros lugares, a civilização atrasar-se-á e a administração da justiça e a punição dos crimes cada vêz experimentarão maiores dificuldades no meio dos desertos. (p. 55)

O TRABALHO E O CONHECIMENTO

Em José Bonifácio, a ideia de uma terra que é potência, se civilizada, comum a tantos outros observadores das terras brasileiras, está presente.

(...) queda das sete cascatas do Paraná, também é aurífera em algumas partes e merece ser explorada. Esta única província de S. Paulo, sendo povoada e civilizada, formará um grande estado, visto que pela variedade do seu clima, sendo parte entre os trópicos e outra fora dêles, pela abundância de madeiras e dos seus campos, pelos inumeráveis rios e ribeiros, em grande parte navegáveis, pelas riquezas de ferro, ouro, diamantes, outros metais e pedras preciosas, é realmente um dos países mais privilegiados do globo e uma obra prima da benfazeja natureza. Acrescente-se, que a raça branca, que o habita, é das mais belas e fortes da América Meridional. (p. 61-2)

Esse recurso da natureza encontra, todavia, uma negativa ampla e recorrente (a problematização que segue foi desenvolvida em SANDEVILLE JR. 1999, SANDEVILLE JR. e ARAGÃO, 2018). Segundo Hume, em sua obra *National Characters*, de 1748: "*há motivos para pensar que todas as nações que vivem para além dos círculos polares ou entre os trópicos sejam inferiores ao resto da espécie*". Hume destaca ainda que isso se devia à pobreza e à miséria dos habitantes setentrionais e à indolência dos meridionais, ou seja, a fatores econômicos relacionados ao clima (Gerbi, 1996, p.44).

Se considerarmos as promessas de redenção que o trabalho traria à terra, observa-se essa negatividade surgindo como um fator cultural. A ilustração dessa elite do reino em formação em fins do período colonial, tanto para a arte, como para a economia, depende cada vez mais do desenvolvimento de quadros na metrópole à luz das ciências e da técnica. A partir do Iluminismo europeu a natureza característica das colônias pôde

ser reconhecida como uma riqueza nacional. Isto sugere a formulação de novos acordos entre setores da elite portuguesa e da elite de seus descendentes situados além mar (em especial por meio de seu preparo para os quadros técnicos e políticos em Coimbra), que possibilitou que entrassem em contato com o mundo da corte, com as ideias de liberdade que movimentavam tanto a Europa como a América do Norte, e com as teorias científicas sobre a natureza e os homens. Para Ronald Raminelli (2008, p. 9), contudo, o que talvez deva ser relativizado, essa formação de quadros coloniais não se tratava apenas de uma estruturação do império português:

A estratégia de neutralizar a possível rebeldia da elite ilustrada luso-brasileira era inseri-la em altos cargos da magistratura, nos Tribunais da Relação, em posição de destaque nas instituições do reino, como na Universidade de Coimbra, Mesa de Consciência e Ordens, Junta do Comércio, Museu de História Natural, Academia da Marinha e Academia das Ciências de Lisboa.

Não obstante a definição desses novos acordos e papéis para a Colônia, a concentração de riquezas, de propriedades e do próprio tráfico negreiro permaneciam imersos nas mesmas estruturas e disputas, ensejando contradições entre o ideário libertário e as práticas difundidas nas terras coloniais. Não apenas isso, mas contradições cada vez mais profundas entre o conhecimento empírico e os saberes e práticas já arraigados na produção e na gestão pública, com os conhecimentos advindos da ciência e de um projeto que incorporasse sua racionalidade e eficácia tanto na produção quanto na administração.

Essa tensão existente entre a produção de riqueza a partir de uma racionalidade, bem como do conhecimento como base de uma transformação da terra, e o cotidiano tradicional da população fica evidente no relato de José Bonifácio e seu irmão:

(...) Os sítios por onde caminhamos estes dois dias são muito despovoados: não se acham nem casas, nem outra qualquer morada. O terreno quase todo não permite cultura e somente pouco dêle pode servir para a criação de gado; contudo, nos lugares em que vi as plantações de cana, milho, feijão, mandioca e algodão, davam bem; mas é a tal indolência, preguiça dos habitantes, que preferem viver como os

árabes do deserto, do que cultivarem a terra. Se ao menos, para melhorarem os pastos, tivessem cuidado de queimar os matos e de os semear de bons pastos, poderiam aumentar os seus rebanhos, principalmente os bois, que são de boa raça, e fazer mais manteiga e queijos.

(...) o miserável estado em que se acham os rios Tamandataí e Tietê, sem margens nem leitos fixos, sangrados em toda a parte por sargetas, que formam lagos e paúes que inundam esta bela planície; e o que é mais para lastimar é que quase todos êstes males não são obra da natureza, mas sim o resultado da igmorância dos que quizeram melhorar o curso dêstes rios. (p.68)

(...) erro muito ordinário no Brasil, os mineiros não procuravam a segunda camada de cascalho inferior à primeira, porque erradamente se persuadem que é estéril; mostrei-lhes quanto se enganavam, (...) Todos os trabalhos destas duas minas de desmonte, tanto na lavra como na apuração, são mui imperfeitos e sem conhecimento algum de montanhística. (p. 70)

Em vez de trabalho em uma terra plena de recursos, os Andrada encontram, segundo nos descrevem, uma ignorância arraigada das consequências das práticas e das melhores formas de produção. Pior, tais condições são percebidas atreladas a uma condição de indolência e preguiça, nos declaram os dois irmãos, em um quase estribilho da cultura colonial e do Brasil nação. É bem verdade que essa imagem da indolência agregada depois à malícia se tornaria heroica um século depois, porém nesse momento, advoga-se um caráter moralizante e redentor para a construção do país com a qual essa condição social está em contradição. Esse distanciamento de saberes e projetos é notável entre os planos do saber racional e erudito, e os planos das práticas cotidianas, das necessidades e consensos estabelecidos a partir das oportunidades e do eventual oportunismo na apropriação da terra (embora a racionalidade não esteja isenta de oportunismo).

Este é o drama do projeto civilizatório: ainda quando ilustrado e revestido de ideário libertário, permanece à distância do cotidiano, impondo-se de cima para baixo, seja pelo viés da apreciação estética, seja pela abordagem de sua operação econômica. A promessa de uma natureza a ser feita civilização pelo trabalho esbarra assim em

formas sociais arraigadas difíceis de serem transformadas, senão por um projeto político e educacional que partilham os Andrada.

Assim como o maravilhamento, também a ideia de decadência alimenta debates e polêmicas que acabam contribuindo para a constituição de uma forma laica de pensar e conceber o homem e a natureza – os quais, no século XIX, buscavam encontrar lugar para a civilização e o selvagem, subjacentes às teorias (políticas) em construção. Da mesma forma, não têm correspondência os anelos (de uma elite cada vez mais ilustrada) de racionalidade e inteligência – derivados das técnicas e das ciências – com o cotidiano, remetendo-se não raro o conflito, que é de outra ordem, a uma dimensão cultural.

A questão da pauperização da paisagem e da indolência não é nova, já se registram esses argumentos ao longo do período colonial. Nisso que chamei de um estribilho da representação do país, uma natureza dadivosa, radiante nas palavras de Paulo Prado, um povo indolente. Nas palavras de Monteiro Lobato (1882-1948; 2009, p. 168 E 171) em seu embate com o caipira:

O indianismo está de novo a deitar copa, de nome mudado. Crismou-se de caboclisto. O cocar de penas de arara passou a chapéu de palha rebatido à testa; a ocará virou rancho de sapé; o tacape afilou, criou gatilho, deitou ouvido e é hoje espingarda troxada; o boré descaiu lamentavelmente para pio de inambu; a tanga ascendeu a camisa aberta no peito.

Quando Pedro i lança aos ecos o seu grito histórico e o país desperta estrouvinhando à crise de uma mudança de dono, o caboclo ergue-se, espia e acocora-se de novo.

O descuido no trato da terra (aqui de Bonifácio a Lobato) cria uma paisagem moderna sobre o passado que possui algo de desolador. Talvez possamos concluir e resumir esses argumentos aqui apresentados e as tensões que implicam entre a beleza e a utilidade da natureza, de suas riquezas disponíveis em conflito com a organização do trabalho e do conhecimento, que certamente indicava não só a possibilidade de atrair os olhares para empreitadas racionais e lucrativas - o ouro é insistentemente mencionado

como uma riqueza presente, ao lado de outros minérios - mas também indicava um projeto político em que seus autores estão empenhados e esperam ser protagonistas, com um pequeno trecho, ainda do início do relato da *Viagem*:

Embarcando-nos em uma canôa, chegamos ao porto ou cáis do Cubatão, dirigindo-nos para o Sudoeste, primeiramente por uma corrente de água salgada que atravessa o mato virgem. Do Cubalão, que se deixa à direita do rio d'água doce, vai-se até ao pé da grande serra de Paranapiacaba ou de São Paulo, por uma planície que corta a ribeira - chamada das Pedras, a qual se precipita dos mesmos montes, por uma grande quebrada. Esta corrente arrasta no seu curso muitos seixos rolados: é sujeita a grandes inundações quando chove sobre o pendio dos montes ou na chapada em que nasce. Observamos nesta planície, até á superfície do terreno, gnats muito decomposto, o qual passa algumas vezes a mica xis to e a xisto argiloso primitivo, que, tintos pelo ferro, decompostos pelas águas ou meteoros, e mais ou menos transportados, formam o que os portugueses chamam piçarrão ou banco superficial e triplo; êste piçarrão compõe o cume estreito do monte por onde se dirige o caminho que conduz ao cimo. A rocha primitiva é atravessada, de vez em quando, por veios de quartzo branco, dos quais alguns têm uma mão travessa de largo, porém a maior parte são mais pequenos. Depois de descer o cume do monte continua a mesma formação, até que se chega a uma planície de areia quartzosa branca, de grãos mais ou menos grosso, que parece proceder da decomposição do gris sobre que assenta. Esta planície é regada por vários ribeiros, que, por não terem declive, e por causa das enchentes ocasionadas pelas chuvas, formam charcos cheios de muitos bancos de ótima turfa negra mui grossos, de que os habitantes não se servem porque não conhecem o seu uso e também pela abundância que têm de lenhas. Este grês decomposto e misturado com argila ferruginosa e mica em lâminas, muitas vezes de mais de unia polegada de grossura, forma um piçarrão arroxado ou vermelho, entresachado de piçarra mais fina de côr branca. Em uma ou duas destas camadas, onde o caminho se baixa mais, observamos pequenos depósitos de areia fina aglomerada, que provavelmente aumenta à proporção que se afastam da superfície. Não os examinamos para vêr se continham ouro em pó, porque não tínhamos bateia. Deste terreno, que forma diversas ondulações, se levantam pequenas protuberâncias de grunstein (3) e de rocha globosa de Werner, de que não pudemos observar a posição por causa dos obstáculos dos bosques e do terreno que os cobrem. Servem-se destas rochas para calçar a estrada.

Esta formação de piçarra continua mais ou menos até São Paulo, variando de grão e côr, como acontece em semelhantes casos aos bancos de turfa.

Pernoitamos na pousada chamada Ponte Alta (4), que valia mais chamar Ponto Alto, visto que o seu nível excede em altura ao do mesmo cume da montanha. Saindo desta pousada, o terreno é montuoso e retalhado em pequenos vales.

A 24, continuamos o caminho saindo do lugar chamado Borda do Campo, o aspecto do país no espaço de três léguas é muito agradável. O terreno é por toda parte desigual, regado por diversos ribeiros de água clara, com moitas de árvores, que formam outros tantos bosques, às vezes mais extensos, que cobrem as alturas próximas dêste ribeiros. Estas encostas são separadas por bonitos vales, largos e extensos., mas a maior parte úmidos e alagadiços, se fossem sangrados poderiam ser bons para a cultura elos farináceos e prados. Sentimos verdadeiro pesar, tanto nesta excursão, como depois, vendo o incrível desleixo e atrazo da agricultura em um país que podia ser abundante em trigo, cevada, centeio, milho e principalmente em prados artificiais, necessários para a criação e sustento do gado.(p. 67)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de & ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de. Viagem mineralógica na Provincia de S. Paulo. In: BOUBÉE, Nérée. *Geologia elemental applicada á agricultura e industria; com hum dictionario dos termos geologicos*, ou, Manual de geologia (volume 1) / por Nereo Boubée, professor de Paris. Traduzido da quarta edição. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1846.

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de & ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de. *Viagem mineralógica na Província de São Paulo*. São Paulo, Separata do *Boletim Paulista de Geografia*, n. 16, 1954, p. 52 - 62.

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de & ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de. *Viagem mineralógica na Província de São Paulo*. São Paulo, Separata do *Boletim Paulista de Geografia*, n. 17, 1954, p. 52 - 62.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero, geographico, geometrico, gnomonico, hydrographico, homonymico, hierologico, ichtyologico, indico, isagogico, laconico, liturgico, lithologico, medico, musico, meteorologico, nautico, numerico, neoterico, ortographico, optico, ornithologico, poetico, philologico, pharmaceutico, quidditativo, qualitativo, quantitativo, rethorico, rustico, romano, symbolico, synonymico, syllabico, theologico, terapeutico, tecnologico, uranologico, xenophonico, zoologico, autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos. Authoruizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, & latinos e offerecido a elrey de Portugal Dom Joam V, pelo padre D. Raphael Bluteau*. Com todas as licenças necessarias. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.

CALDEIRA, Jorge (org. e introd.). *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Ed. 34, 2002

- COSTA, Lúcio. *Sobre arquitetura*. Porto Alegre: CEUA, 1962.
- DOLHNIKOFF, Miriam (org.). *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *José Bonifácio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- GERBI, Antonello. O novo mundo. História de uma polêmica 1750-1900. Tradução Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HUMBOLDT, Alexander von. *Quadros da natureza*. Tradução Assis de Carvalho. São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1950, 2 vol.
- LA BLACHE. Paul Vidal de. Os pays da França (1904). In Vidal, *Vidais. Textos de geografia humana, regional e política*. Org. Guilherme Ribeiro, Rogério Haesbaert, Sergio Nunes Pereira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 2 ed. São Paulo: Globo, 2009
- LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: Editora 34, 2015.
- PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004
- RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas. Monarcas, vassalos e governo à distância*. São Paulo: Alameda, 2008
- SANDEVILLE JR., Euler; ARAGÃO, Solange de. *Poética Tropical*. São Paulo: Alameda, 2018.
- SANDEVILLE JR., Euler. *As sombras da floresta. Vegetação, paisagem e cultura no Brasil*. Orientador: Miranda Martinelli Magnoli. São Paulo: Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1999.
- SANDEVILLE JUNIOR, Euler. Paisagem. São Paulo: *Paisagem e Ambiente* n. 20, 2005, p. 47-59.
- SERRÃO, Adriana Veríssimo (org). *Filosofia da paisagem, uma antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011
- SILVA, Antônio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. *Diccionario Língua Portuguesa Composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, Reformado e Acrescentado por Antônio de Moraes Silva Natural do Rio de Janeiro*. Tomo Segundo. Com Licença da Real Meza da Comissão Geral, Fobre o Exame, e Cenfura dos Livros 1780. Lisboa, Anno M. DCC.LXXXIX.(1789)
- SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*, por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.